



PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO EM MESOBACIAS NO NORDESTE PARAENSE - PA

Sâmella Patrícia Lima Paungartten

Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amapá

Oiapoque, Amapá, Brasil

Samella.lima@unifap.com.br

Resumo: Um dos principais desafios da gestão dos recursos hídricos na região Amazônica é o planejamento das bacias hidrográficas através de uma abordagem participativa. Essa abordagem deve valorizar o conhecimento e a experiência de gestores de instituições públicas e membros da comunidade, conforme a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997). O presente estudo é fruto de uma investigação realizada com agentes institucionais e sociais, no âmbito do projeto GESTABACIAS, uma iniciativa desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Um projeto fundamentado na conservação de recursos naturais em mesobacias da Amazônia Oriental, objetivando avaliar o grau de apropriação dos agentes institucionais e sociais em relação à gestão das bacias hidrográficas. A metodologia empregada incluiu a aplicação de dois questionários semiestruturados dirigidos às instituições e comunidades de duas mesobacias localizadas no Nordeste Paraense. Os resultados indicam ser fundamental, em primeiro lugar, promover uma ação coletiva destinada ao fortalecimento de sindicatos e associações, bem como fomentar uma comunicação mais eficaz entre estes, as comunidades e as instituições envolvidas.

Palavras-chave: Bacia hidrográfica; Meio ambiente; Gestão participativa.

1. Introdução

Nos últimos anos, o Nordeste Paraense tem capturado a atenção de cientistas e ambientalistas devido aos seus desafios únicos no que diz respeito à harmonização entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Historicamente, esta região tem vivenciado um processo de ocupação acelerado, impulsionado principalmente pela expansão das atividades agropecuárias. Essa expansão, apesar de fomentar o crescimento econômico, traz consigo uma série de impactos negativos, especialmente quando ocorre em áreas ecologicamente sensíveis, como as florestas ripárias.

A intensificação das atividades humanas, como o desmatamento e o uso inadequado do solo, tem resultado numa degradação alarmante da qualidade dos recursos hídricos da região. Estudos, como os de Mello e Artaxo (2017), denunciam que a deterioração das florestas ripárias é diretamente responsável por problemas ambientais, incluindo a erosão do solo, a perda de biodiversidade e a poluição das águas superficiais. Esses fenômenos não apenas ameaçam o equilíbrio ecológico, mas também afetam a subsistência das comunidades locais que dependem das bacias hidrográficas para suas atividades cotidianas, como a agricultura familiar e a pesca (VIEIRA; SILVA; TOLEDO, 2005).



As bacias hidrográficas se destacam como unidades naturais de gestão ambiental por sua capacidade de integrar as dinâmicas ecossistêmicas e humanas. Elas permitem a abordagem dos problemas ambientais e sociais de forma holística, levando em consideração fatores físicos, biológicos e antropológicos (TUNDISI, 2008; VILAÇA et al., 2009).

A legislação brasileira, através da Lei nº 9.433 de 1997, conhecida como a Lei das Águas, reforça a pluralidade desse enfoque, defendendo que a gestão dos recursos hídricos deve ser participativa, descentralizada e integradora, facilitando a inclusão de diferentes perspectivas na tomada de decisão e promovendo a equidade no acesso e uso dos recursos hídricos.

Nesse contexto, iniciativas como o GESTABACIA, projeto desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), se tornam essenciais por aprimorar a gestão dos recursos hídricos através de um modelo inovador que integra pesquisa científica e participação social. Através de oficinas, workshops e capacitações, ele busca fortalecer a capacidade dos atores locais em gerir seus próprios recursos, tornando-os mais resilientes e aptos a enfrentar os desafios ambientais.

Contudo, apesar dos esforços e progressos, ainda há desafios significativos a serem superados. A governança ambiental eficaz continua a enfrentar barreiras, tais como a falta de financiamento adequado, a resistência cultural a mudanças e a desarticulação entre políticas públicas.

O presente trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com agentes institucionais e sociais, no âmbito do projeto GESTABACIAS, que foi desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para avaliar o nível de apropriação dos agentes institucionais e sociais sobre a gestão de bacias hidrográficas.

2. Metodologia

A metodologia aplicada na pesquisa teve como fundamento principal a coleta de dados qualitativos que pudessem oferecer uma visão aprofundada sobre a gestão dos recursos hídricos nas mesobacias hidrográficas dos municípios de Igarapé-açu, Marapanim (mesobacia 1), Mãe do Rio e Irituia (mesobacia 2), situados no nordeste do estado do Pará. Para isso, foram desenvolvidos dois questionários semiestruturados, cuidadosamente elaborados para extrair informações pertinentes tanto das instituições quanto das comunidades locais. O questionário direcionado às instituições foi aplicado a figuras centrais na governança municipal, especificamente os atuais secretários, que têm um papel decisivo na concepção e execução de políticas locais. Através das entrevistas, procurou-se compreender as práticas atuais de gestão de recursos hídricos, os desafios institucionais enfrentados, as estratégias de cooperação entre diferentes setores e a visão dos gestores sobre o engajamento comunitário no processo de gestão ambiental.

Para as comunidades, a abordagem foi direcionada na identificação dos atores locais que demonstram maior envolvimento e liderança em iniciativas comunitárias. Isto incluiu presidentes de associações e residentes reconhecidos por seu engajamento em questões ambientais. O objetivo era captar percepções locais sobre o uso sustentável dos recursos naturais, identificar práticas de manejo comunitário e compreender as dificuldades enfrentadas no dia a dia.

No total, foram realizadas 36 entrevistas, todas gravadas com a autorização dos participantes, garantindo assim a fidelidade das informações coletadas. O uso do gravador foi



essencial para assegurar que todos os detalhes das entrevistas fossem capturados com precisão, permitindo uma transcrição cuidadosa e uma análise abrangente dos dados qualitativos.

Após a transcrição das entrevistas, um processo de análise foi conduzido para identificar as respostas e temas mais relevantes em relação aos objetivos da pesquisa. Isso incluiu a categorização de dados, a identificação de padrões e divergências, e a consideração das sugestões e preocupações levantadas pelos entrevistados.

3. Resultados e Discussão

3.1 Entrevistas Institucionais

Uma abordagem qualitativa através de entrevistas institucionais oferece uma compreensão mais profunda das políticas públicas, práticas de gestão atuais e desafios enfrentados por diferentes atores no contexto amazônico. De acordo com o estudo de Bordalo (2017), a governança da água na Amazônia é um desafio marcada por uma multiplicidade de interesses e contradições.

Nesse contexto, as entrevistas institucionais desempenham um papel central na identificação de convergências e divergências, além de facilitar o diálogo intersetorial.

3.1.2 Problemas Ambientais

As questões ambientais têm se tornado cada vez mais proeminentes nas discussões globais e locais. Nas áreas de estudo específicas, as perguntas mais frequentes abordam o desmatamento, a queima de madeira, o destino do lixo e a poluição dos rios.

Apesar de uma aparente concordância nas respostas em ambas as áreas estudadas, a maioria dos entrevistados revela pouca compreensão sobre os problemas ambientais locais. Isso é consistente com os resultados encontrados por Duarte (2022) em seu estudo sobre percepções ambientais na Região Amazônica, onde se constatou que, embora as pessoas estejam cientes das questões de desmatamento, muitas não entendem completamente as causas e consequências sobre suas comunidades.

Essas percepções destacam a necessidade urgente de estratégias de educação e conscientização ambiental mais abrangentes. Santos (2023) argumenta que, educar as comunidades locais sobre os impactos diretos e indiretos do desmatamento pode facilitar uma melhor gestão dos recursos ambientais e um maior envolvimento nas soluções.

3.1.3 Planejamento Participativo

O planejamento participativo é um elemento essencial na gestão pública moderna, promovendo a inclusão e a colaboração entre diferentes atores sociais. No entanto, em muitas regiões, a prática desse tipo de planejamento ainda enfrenta desafios significativos. Observou-se que a maioria dos representantes institucionais em ambas as regiões não demonstra muita experiência com planejamento participativo. Essa falta de experiência pode refletir uma barreira organizacional que impede a efetiva implementação de políticas inclusivas. Segundo Lopes e Rytter (2022), o planejamento participativo é frequentemente mencionado em discursos



políticos, mas raramente é verdadeiramente adotado na prática devido à burocracia e resistência institucional.

Conforme os entrevistados, as poucas experiências de planejamento participativo nessas áreas foram acompanhadas sem grande interesse por parte da comunidade. Isso sugere que estratégias de comunicação eficazes são tão importantes quanto a implementação das próprias políticas.

3.1.4 Secretarias e Projetos Ambientais

Uma das pesquisas realizadas neste estudo foi a análise de projetos ambientais em funcionamento nos municípios situados nas áreas de interesse. A investigação revelou uma lacuna significativa de ações ou projetos voltados para o planejamento ambiental nos municípios investigados. O estudo ressalta que, apesar da existência de algumas iniciativas, estas frequentemente carecem de integração e continuidade. Conforme identificado por De Sousa Silva e Meneghetti (2021), em sua pesquisa sobre projetos ambientais, a ausência de uma estrutura de suporte contínua faz com que essas iniciativas frequentemente não consigam gerar mudanças significativas e sustentáveis. Este aspecto é essencial para compreender por que muitos projetos não alcançam todo seu potencial em termos de impacto ambiental positivo.

3.1.5 Barreiras ao Planejamento Participativo

A realidade enfrentada pela mesobacia 1, revela desafios significativos em relação à falta de estrutura técnica e à necessidade de maior integração entre secretarias e comunidades locais. Esta preocupação dos entrevistados destaca a importância de uma abordagem sistêmica e colaborativa para a gestão do território. Conforme Viana (2021), a integração entre instituições governamentais e comunidades é fundamental para a efetividade de políticas públicas, especialmente em contextos de gestão de recursos naturais.

3.2 Entrevistas com as Comunidades

Com base nas entrevistas realizadas com as comunidades das áreas estudadas, foram identificadas várias dinâmicas importantes que afetam a interação dessas comunidades com seu entorno natural e institucional. Esses aspectos são fundamentais para entender como promover uma gestão ambiental mais efetiva e participativa.

3.2.1 Relações da Comunidade com o Rio

A pesquisa revelou que as comunidades utilizam principalmente o rio como uma fonte de lazer. Este uso recreativo, no entanto, pode mascarar desafios subjacentes relacionados à gestão sustentável dos recursos hídricos. Santos (2020), coloca que a percepção do rio apenas como um recurso de lazer pode limitar a conscientização sobre sua importância ecológica e a necessidade de práticas sustentáveis.

3.2.2 Problemas Ambientais



Na mesobacia 1, o desmatamento dos igarapés e as queimadas foram os principais desafios ambientais identificados, enquanto na mesobacia 2, além das queimadas e desmatamento, o lixo doméstico é um problema significativo. Essas questões são agravadas

pela falta ou ausência de serviços públicos de coleta de lixo, o que intensifica a degradação ambiental dos igarapés. Cardoso (2016) destaca que a ausência de infraestrutura básica, como a coleta de lixo, compromete não apenas a qualidade ambiental, mas também a saúde pública.

3.2.3 Experiências com Planejamento Participativo

A pesquisa indicou que a maioria das pessoas, tanto nas comunidades quanto nas esferas institucionais, não está ciente de sua participação em planejamentos participativos anteriores. Entretanto, gestores da mesobacia 1 que se envolveram em tais processos relatam experiências positivas e resultados favoráveis. Conforme Giaretta; Fernandes e Philippi (2012), o reconhecimento e a valorização dos processos participativos podem fortalecer a governança local e melhorar os resultados das políticas públicas.

3.2.4 Apoios por Parte de Órgãos e Secretarias

Quando questionados sobre o apoio de secretarias e órgãos, os entrevistados indicaram que os atores mais pronunciados incluem a Secretaria Municipal de Agricultura, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Estas instituições parecem atuar como pilares no suporte técnico e agrônomo às comunidades. Estudos sugerem que o sucesso de iniciativas locais muitas vezes depende do envolvimento e apoio ativo de organizações técnicas e governamentais (GIARETTA, FERNANDES, PHILIPPI 2012; VIANA, 2021).

3.2.5 Atuações das Associações na Comunidade

A análise das entrevistas com representantes das associações comunitárias revelou um baixo interesse dos moradores em participar dessas organizações. As razões citadas incluem desconfiança, medo de compromissos, resistência à associação, falta de integração e comunicação ineficaz entre membros. Segundo Casarin, Lacerda e Branquinho (2022), são essas razões que apontam para a necessidade de iniciativas que construam confiança e incentivem a participação ativa nas associações, melhorando a coesão comunitária e a eficácia das ações coletivas.

Estas observações indicam caminhos para o fortalecimento da governança participativa e da sustentabilidade ambiental nas mesobacias analisadas, sublinhando a importância de abordagens integradas que considerem tanto os recursos naturais quanto as dinâmicas sociais e institucionais.

4. Considerações Finais

Esta pesquisa analisou as especificidades das mesobacias hidrográficas, destacando os desafios no planejamento participativo. Ela ofereceu bases para compreender as dinâmicas institucionais e comunitárias na gestão de recursos hídricos, identificando onde as políticas



públicas precisam de ajustes e ressaltando o potencial das práticas comunitárias para complementarem os esforços institucionais. O estudo busca promover uma governança mais eficaz e sustentável, conciliando necessidades locais e exigências ambientais globais.

A metodologia empregada enriqueceu a compreensão da gestão ambiental e forneceu insights para desenvolver estratégias de intervenção cultural e ecologicamente adaptadas. Um enfoque participativo é essencial, com ênfase no fortalecimento de sindicatos e associações para melhorar a interação entre instituições e comunidades.

5. Agradecimentos

Agradecemos aos integrantes do Projeto GESTABACIAS pela oportunidade de contribuir com o diagnóstico do planejamento participativo nas mesobacias analisadas.

6. Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Lei n. 9.433: Política Nacional de Recursos Hídricos. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, 1997. 72p.

BORDALO, Carlos Alexandre. O paradoxo da água na região das águas: o caso da Amazônia brasileira. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 1, p. 120–137, 2017.

CARDOSO, Fernanda de Cássia Israel; CARDOSO, Jean Carlos. O problema do lixo e algumas perspectivas para redução de impactos. *Ciência e Cultura*, v. 68, n. 4, p. 25-29, 2016.

Casarin, F., de Lacerda, F. K. D., & Branquinho, F. T. B. O cidadão parceiro do comitê de bacia: guia prático para aprimorar o processo de mobilização social no planejamento de recursos hídricos. *Revista Presença Geográfica*, 9(2), 2022.

DE SOUSA SILVA, Lindomar de Jesus; MENEGHETTI, Gilmar Antonio; DA COSTA PINHEIRO, José Olenilson. Elementos para a discussão sobre políticas e programas de preservação dos serviços ambientais no Amazonas. *Terceira Margem Amazônia*, v. 6, n. 16, p. 85-104, 2021.

DUARTE, Jenyffer Caroline Santos. Conexão com a natureza e suas implicações nas percepções ambientais sobre as queimadas da floresta amazônica. 2022. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Manaus (AM), 2022.

GIARETTA, Juliana Barbosa Zuquer; FERNANDES, Valdir; PHILIPPI JR, Arlindo. Desafios e condicionantes da participação social na gestão ambiental municipal no Brasil. **Organizações & Sociedade**, v. 19, p. 527-550, 2012.

KROHLING PERUZZO, Cicilia M. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. **Revista Fronteiras**, v. 11, n. 1, 2009.



Lopes M. M.; Ryter M. Análise do processo de planejamento participativo na construção do plano de bacias hidrográficas: um estudo do plano 2016-2027 do Comitê da Baixada Santista. **Transições**, v. 3, n. 1, p. 86-109, 20 jul. 2022.

MELLO, N. G. R. D.; ARTAXO, P. Evolução do plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia legal. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 66, p. 108-129, 2017.

RIBEIRO, Marcela Arantes; DA COSTA SILVA, Josué. Mitos ribeirinhos: Múltiplos espaço na Amazônia. **Revista Presença Geográfica**, v. 7, n. 2, p. 76-90, 2020.

RIVERO, S. *et al* Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 41-66, 2009.

SANTOS, Adriane de Oliveira. IMPACTOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS E INDÍGENAS DA AMAZÔNIA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 7, p. 998–1013, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14861>. Acesso em: 27 out. 2024.

SANTOS, Éder Rodrigues et al. Geograficidade amazônica: A percepção do lugar dos ribeirinhos de Sacai, Baixo Rio Branco-RR. **Acta Geográfica**, v. 14, n. 35, p. 48-63, 2020.

SILVA, L. G. T.; AZEVEDO, C. M. B. C. de; GERHARD, P.; FIGUEIREDO, R. de O.; WATRIN, O. dos S.; CRUZ, E. D.; RUSCHEL, A. R.; MARTINS-DA-SILVA, R. C. V.; GRISE, M. M.; ILKIU-BORGES, F. **Gestão de recursos hídricos: a contribuição do Projeto Gestabacias**. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 28 p.

TUNDISI, J. G. et al. Conservação e uso sustentável de recursos hídricos. In: BARBOSA, F. A. (Org.) *Ângulos da água: desafios da integração*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p.157-83

VIANA, Virgílio. Abordagem sistêmica para o desenvolvimento sustentável da Amazônia profunda. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, n. 27, p. 71-99, dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm27art3>

VILAÇA, M. F. et al. Bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão: o estudo de caso do ribeirão Conquista no município de Itaquara – MG. In: XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. Anais..., Viçosa–MG, 2009. Disponível em: <http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo3/070.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2013.